



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2013, às dez horas e vinte e um minutos, na sala de reunião das comissões, o Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC, **Deputado Joe Valle**, abriu a 7ª Reunião Ordinária da Comissão. Presentes os **Deputados Wellington Luiz e Arlete Sampaio**. O Presidente, **Deputado Joe Valle**, consultou os pares quanto à Ata relativa à 6ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 17/10/2013. A Ata foi aprovada, sem objeções, por três votos favoráveis e duas ausências. O Presidente, **Deputado Joe Valle**, leu na íntegra o Requerimento nº 2.830 de 2013, aprovado em 17/10/2013, que trata da convocação do Diretor-Geral do DFTRANS, Sr. Marco Antonio Campanella, para prestar informações e esclarecimentos sobre a representação protocolada nesta Comissão. O Presidente, **Deputado Joe Valle**, convidou o Diretor-Geral do DFTRANS, Sr. Marco Antonio Campanella, para que compusesse a Mesa. Nesse momento, a **Deputada Eliana Pedrosa** comparece à reunião, passando esta Comissão a contar com quatro membros efetivos: **Deputado Joe Valle**, Presidente, **Deputada Arlete Sampaio**, **Deputada Eliana Pedrosa** e **Deputado Wellington Luiz**. Com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que explicitou o procedimento sobre a prestação de informações e esclarecimentos pelo convocado, Sr. Marco Antonio Campanella. O Diretor-Geral do DFTRANS cumprimentou os parlamentares, os servidores presentes e informou que estava entregando a cada membro da Comissão um memorial sobre a síntese do requerimento que o convocou. Em seguida, fez uma longa explanação sobre a situação encontrada no DFTRANS ao assumir o cargo de Diretor-Geral e as ações executadas por ele até a presente data. Dando início às perguntas, com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que indagou o Sr. Marco Antonio Campanella: *"Quais providências foram tomadas em relação às irregularidades apontadas pela inspeção realizada pela Secretaria de Transparência e Controle do DF no passe livre estudantil e no sistema de bilhetagem automática do Sistema de Transporte Público do DF?"; "Quais são os meios de controle utilizados pelo DFTrans para verificar a correta utilização do passe livre estudantil e do passe livre para os portadores de necessidades especiais? Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Foram adotadas, Sr. Presidente, inúmeras providências no sentido de controlarmos mais efetivamente o uso tanto do passe livre estudantil quanto para os portadores de necessidades especiais. Se for possível abrir um pouco mais a lâmina, para fazermos a leitura, vocês vão verificar diversas ações adotadas. Por exemplo, ali, em relação ao PNE, em que nós identificávamos, desde 2007, diversas discrepâncias entre o cadastro... Quem faz o cadastro dos portadores de necessidades especiais é a Secretaria de Justiça e Cidadania. Os senhores podem ver as discrepâncias entre os cadastros: a partir de 2007, 21 mil; em 2008, 5.400; em*





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



2009, 191 mil. Em 2010 já caiu para 95 mil. E agora, em 2012, no último ano, houve apenas treze discrepâncias entre o cadastro da Secretaria de Justiça e o cadastro do DFTrans. Nós também suspendemos, ainda no início deste ano, aproximadamente 27 mil cartões, que estavam sendo utilizados de forma irregular e que foram apontados nessa auditoria. Foram 27 mil cartões. Temos feito um trabalho sistemático, junto com a Secretaria de Justiça e Cidadania, para garantir a boa aplicação desse benefício"; "Nós, inclusive, implantamos também, no âmbito da nossa bilhetagem automática, uma trava, e "parametrizamos" o sistema, de modo a não haver utilização acima daquilo que prevê a lei, isto é, oito viagens por deficiente físico mais oito viagens por acompanhante. Então hoje já existe, no sistema, a norma de que ninguém pode utilizar mais de oito viagens/dia, seja o deficiente físico, seja o seu acompanhante, exceto se comprovada essa necessidade no cadastro feito pelos portadores de necessidades especiais. Da mesma forma, fizemos isso em relação ao passe livre estudantil. No caso desse passe, os estudantes têm direito a até 54 viagens/mês, a não ser aqueles que comprovem, efetivamente, o uso do passe livre inclusive nos finais de semana, nos sábados"; "Hoje os ônibus novos estão chegando, com novos validadores, com novas catracas eletrônicas, e essa bilhetagem só teria sentido com essa licitação que está em curso, para que ela seja implantada nos novos ônibus que entrarão em circulação. Mesmo assim, com um sistema velho, um sistema obsoleto, nós conseguimos reduzir substancialmente os gastos do setor público com a inclusão dessas limitações. Obviamente, houve um aumento de estudantes beneficiários do sistema. Houve também um aumento dos portadores de necessidades especiais, mas houve muito mais rigor na aplicação de travas, de limitações – inclusive tecnológicas – do sistema que permitiram o controle desses dois benefícios. Com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que indagou: "Ok. Várias irregularidades têm sido atribuídas a falhas encontradas no sistema de bilhetagem eletrônica. O sistema parece incapaz de realizar qualquer crítica a irregularidades, permitindo que um mesmo cartão seja descarregado seguidamente no validador, permitindo a operação de veículos, mesmo após o encerramento do contrato, ou ainda, apresentando divergências a informações registradas e armazenadas no sistema, de modo que auditores fiscais, por um lado, e prestadores de serviços, por outro, cada qual, com a utilização de senha própria, tenha obtido informações diversas, conforme denúncias. Que providências estão sendo tomadas para evitar que essas falhas aconteçam? Considerando que esse problema vem sendo apontado desde que o DFTrans assumiu a SBA, por que ainda não foram tomadas providências efetivas, tendo em vista que a demora traz prejuízos sérios ao Erário? Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Bem, Sr. Presidente, em relação ao uso excessivo dos cartões de modo continuado, como verificamos em algumas auditorias, nós já tomamos uma providência. A providência já foi tomada. Restringimos, inclusive, o uso do vale-transporte"; "Hoje, o vale-transporte só pode ser utilizado numa viagem, numa única viagem de ida para o trabalho e de volta para casa"; "Em relação às catracas eletrônicas, apesar de toda essa ineficiência do sistema que está sendo licitado, eu quero dizer que nós determinamos que as empresas têm sete dias para atualizar suas catracas eletrônicas, sob pena de não receberem os valores relativos a sua operação". Com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que perguntou: "O



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



senhor, então, concorda que, em função da defasagem do sistema, existe prejuízo ao Erário, hoje, acontecendo". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella: "Todos esses recursos que foram movimentados a partir de irregularidades auditadas foram recuperados pelo sistema, a partir da glosa dessas empresas". Com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que perguntou: "Tendo em vista o exercício institucional fiscalizador atribuído a esta Comissão, nós solicitamos, em 15 de agosto de 2013, por meio do Ofício nº 20, de 2013, senha de acesso a todos os membros desta Comissão para consulta ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, e até hoje não obtivemos essa resposta. Por que, até hoje, não nos foi enviada nenhuma resposta e qual a dificuldade no atendimento dessa solicitação feita por esta Comissão?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nenhuma dificuldade, Sr. Presidente. Nós apenas disponibilizamos essas senhas, através da Presidência desta Casa. A Presidência desta Casa já recebeu as senhas solicitadas do TDMax". Com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que perguntou sobre a criação de cargos na estrutura do DFTRANS mediante o Decreto nº 34.232, de 22 de março de 2013. Com a palavra, o Sr. Marco Antonio Campanella respondeu que: "precisaria de informações mais detalhadas sobre esses cargos que foram criados para poder me manifestar, para poder responder com mais precisão, até porque são cargos criados por decreto do governador". Com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que indagou: "Em denúncia da Associação dos Auditores Fiscais e de Transporte do DF encaminhada ao Procurador-Geral do Ministério Público, relata-se que, segundo o registro do Sistema Informatizado TDMax, a Empresa Rota Transporte de Passageiros e Locação de Veículos estava operando no dia 23 de fevereiro de 2013, período em que não vigorava nenhum contrato desta com a Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal. O contrato emergencial celebrado entre a empresa e a Secretaria de Transportes teve a sua vigência expirada em 19 de janeiro, e o novo contrato só permitiria a prestação de serviço a partir do dia 25 de março. Em operação conjunta com a Divisão Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública – DECAP e a Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil, os auditores fiscais do órgão flagraram seis veículos, três da Cootransp e três da Moura, operando sem cobertura contratual e com validadores. Como o senhor justifica a ocorrência de tais fatos em flagrante desacordo com as normas que tratam de concessões e permissões de serviço público no Distrito Federal? Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella: "alguns contratos emergenciais foram firmados exatamente para atender à população de Planaltina, uma população muito sacrificada"; "Alguns desses contratos venceram. Um deles foi o da Rota; o outro foi o da Cootransp, bem como esse da Moura"; "Carros não cadastrados, isso só pode ser atribuído à eventual ineficiência da nossa fiscalização". Dando continuidade aos esclarecimentos, com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que, ao comentar sobre a Lei nº 12.527/2011 (Lei do Acesso à Informação), perguntou: "qual a dificuldade de facultar uma cópia de processo e, principalmente, quando a própria Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio do pedido do Parlamentar, se o órgão não tem condições de tirar cópias, partindo também deste pressuposto, coloca-se à disposição para que o processo possa ser copiado. Não é informação é a cópia de um processo, dois processos ou de três processos. Qual é a dificuldade de dar transparência por meio da cópia do processo?"



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"para o fornecimento de informações relativas a processos internos do DFTrans, é necessário, pela Lei Orgânica do Distrito Federal, o respeito aos atos praticados pelas comissões e, no caso, pela Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal";* *"V.Exa. designou alguns servidores do seu gabinete para a obtenção desses processos, alguns servidores inclusive que não são de carreira. Há também um dispositivo da Lei Orgânica que diz que cargo em comissão não pode promover esse tipo de ato. Servidor de cargo em comissão só pode exercer atribuições de direção, chefia e assessoramento".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"o senhor tem conhecimento das consequências legais quando o agente público não cumpre essas determinações, que responde por ato de improbidade administrativa e por crime de responsabilidade?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Tenho sim, Deputada. Desde que todos os trâmites legais sejam seguidos, tenho absoluta consciência disso."* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que indagou: *"O fato de o DFTrans não respeitar os dispositivos acima é porque o senhor aposta na impunidade?"* Com a palavra o Sr. Marco Antônio Campanella, que respondeu: *"Não, Deputada. É só olhar a minha trajetória política que a senhora saberá o que é impunidade e o que não é impunidade".* Nesse momento, a **Deputada Arlete Sampaio** solicitou o uso da palavra: *"Sr. Presidente, embora a Deputada Eliana Pedrosa tenha já definido o lado que V..Exa. está defendendo, eu queria pedir à Deputada que não fizesse, a partir das suas perguntas, conclusões de julgamento com relação ao que nós estamos aqui ouvindo".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou se foram atendidas as Solicitações de Auditoria nºs 2, 3, 5, 9, 10, 11, 13 e 18, de 2011, da Secretaria de Transparência e Controle. Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"várias dessas providências foram adotadas"* e que: *"nunca, nunca na história do Distrito Federal se fez uma auditoria tão ampla, tão profunda em relação à questão do sistema de bilhetagem automática com relação a todo o sistema de transporte público coletivo".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa** que, ao comentar sobre as multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, perguntou ao Sr. Marco Antonio Campanella: *"o senhor se coloca acima daquela Corte ao não cumprir diligências e determinações?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Não, muito pelo contrário, Sra. Deputada. Muitas dessas diligências, dessas determinações, elas não foram cumpridas pela falta de servidores estáveis no órgão"* e que: *"todas essas multas que foram geradas, preliminarmente, em caráter preliminar, estão sendo analisadas, porque nós apresentamos recursos a todas elas".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"Em sua opinião, por que a sua gestão não conta com o apoio dos servidores de carreira?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Nós contamos com o apoio de vários servidores de carreira. Alguns servidores de carreira, se não apoiam a nossa gestão, eles que têm de responder por isso";* *"O que nós buscamos o tempo todo é que as ações de fiscalização estivessem sintonizadas com as ações de planejamento e gestão do órgão".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou se fora instaurado processo de contas especial sobre transferências de valores à FÁCIL. Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu que a tomada de contas fora instaurada e já está em



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



andamento. Com palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "O sistema TDMax ainda é usado pelo DFTrans para gerar o relatório de resgate de crédito dos passageiros transportados no STPC/DF?" e: "Nesse caso, foi criado o relatório no TDMax que traga valores de integração consolidados com o resgate diário por produto, evitando que seja requerido manualmente, trazendo fragilidade ao procedimento de resgate diário?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Essa parametrização, a que se refere a Deputada, é uma parametrização que não foi possível ser feita em razão dos problemas que nós temos hoje no contrato com a Transdata" e: "Estamos, inclusive, adotando medidas de natureza judicial para garantir a manutenção do serviço, e já estamos licitando um novo sistema de bilhetagem automática". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "O DFTrans já estabeleceu normas determinando prazo limite para que as empresas operadoras do STPC/DF procedam à coleta de dados?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "foi atendido por meio de instrução de serviço". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "O DFTrans editou norma determinando que os resgates de créditos sejam efetuados por transferências bancárias, e, caso seja necessário, a utilização de outros meios de pagamento que impliquem em taxas de serviços bancários cujos custos sejam repassados aos respectivos operadores?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não. Apenas por ordem bancária isso é possível. Aliás, tem um decreto governamental instruindo isso". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi editada norma determinando como deve ser o repasse de valores referentes à venda da segunda via de cartões das contas do SBA para câmara de compensação de receitas e créditos? Se positivo, qual foi a norma?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Esse recurso é incorporado diretamente no orçamento do DFTrans" e: "Esses pagamentos são feitos através de boleto bancário e cai automaticamente na conta do órgão gestor". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi criada uma conta contábil e conta específica no BRB para controlar e movimentar as receitas provenientes da venda da segunda via de cartão?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Também não. Esses pagamentos são feitos e caem diretamente na conta do DFTrans". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi instaurado algum processo de tomada de conta especial para apurar os possíveis prejuízos causados pela retenção da receita da venda da segunda via de cartões pela Fácil?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nós temos hoje uma auditoria, Deputada, que contempla um conjunto de questões, entre elas essa questão também, e isso está sendo auditado". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "O DFTrans abriu no BRB contas específicas para cada produto – vale-transporte, PNE e PLE – para que fosse exercido um maior controle dos créditos? Os saldos dessas contas estão sendo investidos diariamente?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, hoje esses recursos das gratuidades estão sendo concentrados no fundo de transporte". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Tem contas específicas para vale-transporte, PNE e PLE?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Todos estão no fundo". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Quais foram as



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



*medidas adotadas para reverter os rendimentos das aplicações dos saldos das contas do SBA, dos produtos vale-transporte, estudante, cidadão e PNE, para o fundo de transporte do Distrito Federal, conforme previsto no inciso IX, art. 51, da Lei nº 4.011, de 2007? Qual foi o resultado da apuração dos prejuízos causados pela não aplicação dos saldos das faixas contábeis?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Veja, Deputada, esses valores da faixa contábil primeiro têm que ser orçamentados, inclusive por lei. A partir do momento que eles forem orçamentados, eles se incorporarão ao nosso orçamento e poderão ser aplicados devidamente. Na faixa contábil, o banco não tem como fazer essas aplicações. E nós estamos obviamente fazendo o levantamento de eventuais prejuízos que foram acarretados em razão da não aplicação por ausência de uma incorporação desses... pela falta de incorporação desses valores ao nosso orçamento". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi definida uma sistemática de cruzamento de dados do cadastro SBA e de outros órgãos para evitar que benefícios sejam concedidos irregularmente e em duplicidade, realizando o bloqueio, via SBA, dos beneficiários que fazem a utilização indevida de mais de um benefício?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim. Isso foi feito inclusive no âmbito do próprio sistema de bilhetagem automática, e nós temos um trabalho rotineiro com a Secretaria de Justiça no caso do cadastro dos portadores de necessidade especial, dos deficientes físicos, para que haja uma sintonia entre os cadastros que são gerados na Secretaria e os cartões que são emitidos para atender os deficientes físicos". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi realizado um convênio com a Secretaria de Educação para que os dados do cadastro dos alunos que utilizam o Passe Livre Rural e o Transporte Escolar Especial sejam disponibilizados, para que o DFTrans possa receber o controle dos benefícios concedidos?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, nós temos um convênio com a Secretaria de Educação pelo qual inclusive recebemos a frequência dos estudantes, com o objetivo de manutenção deles no benefício do Passe Livre Estudantil". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "A Secretaria de Transparência e Controle apurou, em inspeção, que houve concessão irregular de benefício em duplicidade. Foi instaurado processo de tomada de contas especial, em função do prejuízo causado ao erário distrital, em função da concessão irregular de benefícios em duplicidade? Em caso positivo, conseguiu-se apontar responsáveis?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, a nossa assessoria jurídica está informando que nós temos várias sindicâncias que foram instauradas em razão desses problemas identificados, em função dessas duplicidades que foram identificadas na concessão desses benefícios". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou se fora feito o recadastramento dos beneficiários do PNE, juntamente com a Secretaria de Justiça e Cidadania e se as divergências foram sanadas. Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Muitas das divergências foram sanadas, tanto é que nós derrubamos recentemente 27 mil cartões, sem que isso gerasse qualquer ruído ao sistema". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foram inseridos, no Sistema TDMax ou nos cartões dos beneficiários, os limites de utilização de área trazidos na Lei nº 4.582, de 2011, evitando, assim, que os beneficiários façam a utilização do benefício*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



*acima do limite legal?" e: "Foram recolhidos, suspensos ou bloqueados cartões de uso indevido desses beneficiários?". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu que os cartões foram bloqueados e que fora instaurado processo administrativo. Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi instaurado processo de sindicância para apurar as responsabilidades pelo acompanhamento inadequado do SBA, visto que a utilização inadequada do benefício de gratuidade pelos portadores de necessidades especiais vem de longa data? Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim. Essa auditoria nossa é permanente, Deputada. Nós acompanhamos isso diariamente, exatamente com o objetivo de garantir a sintonia entre o cadastro real, o favorecimento àqueles que efetivamente têm direito, tanto ao Passe Livre Estudantil como ao Passe Livre ao Deficiente Físico". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "No relatório de inspeção, foi constatada falha no bloqueio que permite que os cartões bloqueados continuem a ser utilizados no sistema. Em função disso, foi instaurado algum processo de tomada de contas especial para apurar responsabilidades? Em caso positivo, quais foram os seus resultados?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Deputada, nem sempre os problemas que aparecem no sistema, nesse sistema TDMax, são identificados por problemas do sistema. Mas, sempre que são identificados, esses pagamentos são glosados, não são pagos". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi editada norma determinando que os rodoviários tenham que utilizar os cartões funcionais nos validadores do SBA instalados nos ônibus, a fim de inibir a falsificação de cartões e a utilização irregular destes?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim. Esse dispositivo faz parte da convenção coletiva com os trabalhadores rodoviários. Portanto, eles têm direito ao transporte gratuito por convenção coletiva. Isso não gera nenhuma evasão de receita". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Quais foram as medidas adotadas para sanear o cadastro de veículos no TDMax, retirando deste todos os veículos que não tenham autorização para operar no STPC-DF? Em razão disso, foi instaurado processo de sindicância para apurar a responsabilidade pela inserção, no SBA, de veículos não autorizados a operar no STPC? Em caso positivo, quais os resultados e responsabilidades apuradas?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Em relação a todos os carros que foram cadastrados indevidamente à época da Fácil, todos esses casos foram identificados e, inclusive, os valores foram glosados. Os carros que eventualmente circulam que não são cadastrados, esses são objeto da nossa fiscalização"; "esses fatos foram todos relatados em auditoria e estão nos órgãos competentes para as providências cabíveis junto a uma associação de natureza privada". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "foi alterado o sistema para que se utilize o cadastro de veículos, evitando discrepância de informações e facilitando o controle de frota? Foi criado o formulário de cadastro de veículos no TDMax que contém pelo menos as seguintes informações: número do prefixo no SIT, placa do veículo, operadora, número do chassi, ano de fabricação e data do início e fim da vigência da permissão? Foi criado o procedimento que obriga as operadoras a informarem quando ocorre a troca de validador por manutenção em um carro? Foram instaurados processos de sindicância para apurar as responsabilidades pelas deficiências no cadastro da frota do TDMax?"*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Sim, todas as providências que podiam ser tomadas no âmbito do SIT, que faz efetivamente esse controle – porque o TDMax é um sistema de resgate de crédito, é o SIT que faz esse controle – foram adotadas desde que assumimos os serviços que estavam antes sob a responsabilidade da Fácil".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou se providências foram tomadas e apuradas as responsabilidades quanto à: *"recomendação para que fosse regularizada imediatamente a situação da frota excepcional licitando ou aditando os contratos de permissão vigentes, até o limite legal, e retirando essas supostas autorizações excepcionais ao Decreto Distrital nº 31.973, de 2010"*? Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"esses veículos continuaram operando por força do Decreto nº 33.556, publicado pelo Governador à época em que foi anunciada a licitação do Sistema de Transporte Público Coletivo. Ou seja, esses veículos, eles são ainda fundamentais. Muitos deles já saíram de circulação".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"O DFTrans tem controle sobre a veracidade dos dados operacionais inseridos no SBA no que diz respeito à relação entre número do veículo operando e os seus respectivos validadores?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Esse procedimento é feito no âmbito do SBA e, eventualmente, se há alguma modificação no sistema, a nossa fiscalização tem orientação para identificar esse problema e autuar a empresa, se eventualmente não há uma sintonia entre esses dados".* Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"Esses casos em que são observadas ocorrências de um mesmo veículo operando em linhas distintas no mesmo intervalo de tempo, as providências têm sido tomadas com relação a isso?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Sim, inclusive a glosa de pagamentos"* e *"as medidas administrativas cabíveis"*. Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"Na assunção da Fácil para o DFTrans foram detectadas diversas falhas em relação aos contratos dos prestadores de serviços junto ao SBA. A partir da assunção pelo DFTrans essas lacunas jurídicas permaneceram abertas, atualmente como se encontram essas relações jurídicas? Ainda existem prestadores no sistema sem vínculo contratual? Quais são eles?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Apenas a Transdata, apenas o Sistema de Bilhetagem Automática hoje. Nós não temos contrato com a Transdata por conta de uma divergência na elaboração do novo contrato emergencial"*; Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"A Comissão de Gestão Provisória do SBA foi transformada em permanente?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Sim, foi transformada"* e que: *"nós temos servidor comissionado e servidor de carreira na composição da comissão"*. Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"O sistema de bilhetagem está integrado à estrutura organizacional no DFTrans?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Não. Nós estamos discutindo internamente um novo regimento interno no qual está em debate também essa questão do SBA"*. Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: *"O senhor pode confirmar a existência de operadores prestando serviço de transporte sem cobertura contratual?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Nós tínhamos um operador sem cobertura contratual que estava sendo mantido em razão da necessidade"; "Era um*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



operador apenas, na cidade de Planaltina, os outros todos têm cobertura não contratual, até porque essas empresas que aí estão, estão saindo do sistema, já não tinham contrato quando chegamos ao DFTrans, foram mantidas em razão da necessidade de se manter o serviço à população"; "elas estão respaldadas por esse decreto do governador". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Nesse caso, como eram registradas as receitas e o pagamento a esses operadores que não tinham cobertura contratual?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Registradas através do Sistema de Bilhetagem Automática e pago de acordo com as planilhas geradas a partir do SBA". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "O sistema do TDMax não foi alterado em nenhuma forma para evitar essas discrepâncias de informação. É isso, não é?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "O sistema do TDMax é um sistema de resgate de créditos. Estamos licitando um novo sistema". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Já foi interrompido o repasse de valores via SBA a título de veículos que não estejam cadastrados no CIT e, por consequência, não tenham a devida permissão para operar? Já foi controlado o número de validadores vendidos para as empresas pela Transdata, de maneira que isso só seja permitido aos operadores possuírem uma quantidade de validadores igual ao de veículos habilitados, mais uma reserva técnica para manutenção?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim. O sistema velho que está sendo hoje substituído, esse ainda roda com os validadores antigos que têm de estar cadastrados e sintonizados..."; "No momento em que há substituição, que há mudança desses validadores em relação a outro veículo, é apurado e é glosado". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "E também posso concluir que não foi instaurada tomada de contas especial para apurar o prejuízo causado ao erário, visto que os veículos não autorizados não pagaram outorga nem deveriam receber repasses via SBA, pois a sua operação é ilegal". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "As operações desta natureza, irregulares, que geraram esta movimentação, a punição às empresas foi a glosa desses valores e a abertura de processos administrativos". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi criado o mecanismo no SBA para que os validadores só possam funcionar com o número do prefixo do ônibus em que estejam efetivamente instalados?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "esses casos que foram identificados, as medidas administrativas foram tomadas e as glosas foram feitas". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Nós temos alguma norma determinando que a fiscalização do DFTrans cheque em suas vistorias físicas se o número do prefixo configurado no validador corresponde ao prefixo do veículo?". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Isso se trata de uma obrigatoriedade que está, inclusive, no Regimento que regula a ação dos nossos auditores fiscais". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi instaurado processo de sindicância ou administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades pelo repasse de valores a operadores que operaram sob o número de prefixos inexistentes e de outras operadoras?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não foi não, senhora". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Já foi assumido o controle da geração



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



do chip Sun, que libera os validadores para funcionar no SBA, cumprindo assim o papel da autarquia de gestora do SDPC-DF, não permitindo que veículos não autorizados operem no sistema?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Deputada, essa informação não corresponde à realidade. Na verdade, desde que nós assumimos o controle das senhas que estavam de posse dos operadores, nós passamos a exercer um controle absolutamente total dos chips que são gerados no sistema, sejam os chips que estão instalados nos validadores, sejam os chips que são gerados nas máquinas de créditos". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Há registros de empresas operando linhas de outros grupos e de cooperativas?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não, senhora Deputada". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Se detectou que uma empresa está operando na linha autorizada de outra empresa. Esse repasse foi interrompido?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim. Foi interrompido. Na medida em que é identificada essa irregularidade, uma sobreposição operacional, ele é interrompido automaticamente". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Durante a realização dos trabalhos de auditoria foi constatado um possível conflito de interesse da Diretoria Técnica da Autarquia..." e: "Ainda existe algum conflito de interesse dessa autarquia?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nenhum conflito, Deputada". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Já foram cessadas movimentações de valores entre as faixas contábeis?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, Sra. Deputada". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Foi instalada alguma tomada de conta especial?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não houve nenhum prejuízo em relação a isso. Nós já regulamentamos a questão". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Matéria publicada no Portal G1 da Globo, no dia 30 de outubro de 2013, relata o seguinte: 'O DFTrans, responsável por fiscalizar e regular o transporte no Distrito Federal, cobrava de empresas concessionárias passagens de ônibus e bilhetes aéreos, em nome de pessoas ligadas ao PPL...'". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Eu quero deixar bem claro que, nessa reportagem, foi apresentado apenas um e-mail solicitando passagens. Realmente, eu não tinha conhecimento dessa solicitação. A nossa chefia de gabinete centraliza pedidos de toda natureza. São centenas de pedidos que nós recebemos todos os meses para atender a entidades sindicais como essa, entidades filantrópicas, entidades religiosas, entidades de idosos – atendimento de pedido de idosos. As solicitações são encaminhadas, mas elas não representam nenhuma troca de favores". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Por que o senhor baixou, em 2013, a Ordem de Serviço nº 3, que condiciona a apreensão, retenção ou retirada do veículo de operação a uma autorização pessoal? Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Foi uma medida preventiva que nós adotamos na época para poder sintonizar as ações de gestão do órgão, as ações de operação, com as ações de fiscalização". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "Mesmo que isso implicasse risco de segurança para o passageiro?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não. Lógico que não. Os itens de segurança sempre foram itens



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



*absolutamente rigorosos na nossa apuração". Dando continuidade à reunião, encerraram-se as perguntas da **Deputada Eliana Pedrosa**. Com a palavra a **Deputada Arlete Sampaio**, que perguntou ao Sr. Marco Antonio Campanella: "O senhor tem conhecimento de como era a fiscalização e o controle do sistema de bilhetagem automática no governo passado? Que medidas foram adotadas no atual governo para melhorar a fiscalização? Foram contratados novos fiscais?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "no governo anterior, não havia qualquer tipo de fiscalização, e nós passamos a fiscalizar no momento em que assumimos o SBA, naquela decisão corajosa do governador, em meados de 2011, ainda no primeiro ano do governo". Com a palavra a **Deputada Arlete Sampaio**, que perguntou: "Os problemas operacionais hoje existentes são frutos da atual gestão ou decorrem dos desmandos e dos desmantelamentos, como o senhor falou no início – a terra arrasada –, advindos dos governos anteriores?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Quando nós chegamos ao DFTrans, Deputada, eu tinha uma ideia dos problemas do transporte coletivo" ; "As informações não eram repassadas, porque elas estavam sob o controle das empresas, através da Fácil. De modo que houve um sucateamento deliberado não só do transporte coletivo em geral, com uma frota velha, sem integração, um serviço de péssima qualidade, ou houve deliberadamente um sucateamento do órgão gestor que nós começamos a recuperar a partir da assunção da Fácil, em 2011". Com a palavra a **Deputada Arlete Sampaio**, que perguntou: "quais as garantias que o DFTrans está tomando para evitar que possíveis irregularidades relacionadas com o sistema de bilhetagem automática não sejam transferidas para o novo sistema de transporte coletivo?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nós estamos licitando o novo sistema de bilhetagem automática e, nessa licitação, estamos colocando uma série de condicionantes de limitações que terão que ser asseguradas para primeiro garantir a manutenção de benefícios que estão previstos em lei..." Com a palavra a **Deputada Arlete Sampaio**, que perguntou: "a Lei nº 2.661, de 2001, transferiu para o sindicato das empresas a receita de 4% sobre as passagens do transporte coletivo que originalmente eram destinadas à fiscalização do sistema. O senhor tem conhecimento dessa situação e se esses recursos continuam sendo repassados para o sindicato das empresas?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não. No primeiro mês que assumimos o DFTrans, nós interrompemos esses pagamentos, até porque havia um descompasso" e que: "Nós fizemos uma auditoria e identificamos inclusive uma conta milionária que está sendo cobrada da antiga Fácil, exatamente porque ela reteve além daquilo que ela efetivamente prestou contas". Com a palavra a **Deputada Arlete Sampaio**, que perguntou: "Eu quero que o senhor explique para todos nós aqui qual é a mecânica para concessão de benefício de passe livre PNE e quais são os mecanismos para que não haja nenhum tipo de corrupção do tipo que já foi visto aqui, em que 27 mil cartões foram tirados de circulação e ninguém reclamou". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "O cadastro dos estudantes, Deputada, que está sob a responsabilidade do DFTrans é feito diretamente pelos nossos postos de atendimento. Os estudantes têm que apresentar a documentação exigida por lei, que é o seu comprovante de residência, comprovante de que está devidamente matriculado, endereço da escola"; "Em*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



relação aos portadores de necessidade especial, esse cadastro continua sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania". Com a palavra a **Deputada Arlete Sampaio**, que perguntou: "Eu saudei o governo quando ele tomou o controle do Grupo Amaral..."; "é possível assegurar que esta iniciativa não está favorecendo o Grupo Amaral, que terá, portanto, os seus ônibus consertados, com pneus novos, etc.? De que maneira o Estado está salvaguardando o interesse público e não está ajudando a recuperar uma empresa que, notoriamente, estava destinada à falência na medida em que participou do processo de licitação do Distrito Federal?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Já há abertura, Deputada, de um processo administrativo para fazer o encontro de contas entre aquilo que foi efetivamente investido e a devolução"; "Nós interrompemos a operação do Grupo Amaral agora"; "agora vamos fazer o encontro de contas e inclusive ajuizar as ações que forem necessárias para recuperar os valores que foram investidos. E só foram investidos valores relativos à recuperação de carros que eram indispensáveis à operação". Dando continuidade à reunião, encerraram-se as perguntas da **Deputada Arlete Sampaio**. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "a atual comissão de gestão do SBA é provisória ou permanente, Diretor?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Ela é provisória, até porque nós estamos discutindo como vamos resolver o sistema de bilhetagem no novo DFTrans". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Os servidores de carreira que compõem essa comissão foram, de fato, substituídos por terceirizados ou comissionados?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "As atividades de gestão desenvolvidas junto ao SBA foram absorvidas pelas unidades orgânicas do DFTrans, criando uma estrutura quase independente do órgão, para gerenciar o funcionamento desse sistema, do SBA?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não, não há estrutura independente. O SBA tem uma sintonia permanente com todas as áreas do órgão". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Como se encontra a relação contratual com os prestadores de serviço do SBA?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "A única empresa, hoje, que não tem cobertura contratual é a Transdata"; "Inclusive nós estamos tomando as medidas judiciais para assegurar o serviço até a conclusão da licitação". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Considerando o ingresso de novos concessionários no STPC-DF, advindos do processo licitatório recente, e a baixa qualidade do serviço prestado pela operadora Cootransp (Grande Brasília) na região de Planaltina, qual a justificativa encontrada para a nova contratação emergencial dessa operadora mediante dispensa de licitação para prestação do mesmo serviço?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Necessidade de atender à população daquela cidade". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "existem ou existiram divergências entre os registros cadastrais de beneficiários de gratuidades subsidiados por recurso público que deram causa a danos excessivos ao Erário?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Todas as denúncias que chegaram foram apuradas pela nossa auditoria". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Há alguma relação entre a contratação de servidores





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



*terceirizados, em especial para a prestação de serviços junto ao SBA, e uma estratégia de filiação dos mesmos ao PPL?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nós não oferecemos emprego em troca de filiação partidária, nunca fizemos isso"; "As pessoas que se filiaram ao PPL, filiaram-se consciente e voluntariamente. Portanto, essa pergunta tem de ser endereçada às pessoas que se filiaram". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "O senhor tem condições de explicar de forma objetiva, em poucas palavras, o que é a carga embarcada?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "É um mecanismo que implantamos no sistema de bilhetagem automática, que permite ao estudante receber o crédito da passagem no momento em que ele zera o seu crédito ao longo do mês, na primeira passagem, no primeiro dia útil, quando ele vai utilizar o seu cartão, ele recebe o seu crédito automaticamente". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "O senhor considera eficiente a fiscalização?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Extremamente eficiente e há um benefício ao estudante que não tem necessidade de ir a um posto do DFTrans". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Existe uma comunicação informatizada e eficiente entre o DFTrans e a Secretaria de Educação, já que há uma relação direta?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Hoje ainda não, mas estamos trabalhando para isso. Trata-se de uma questão que tem de ser resolvida no âmbito da Secretaria de Educação..." Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Durante as férias regulares, os alunos estão autorizados a se utilizar desse benefício?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Os estudantes utilizam, porque algumas práticas pedagógicas permanecem e os créditos remanescentes podem ser utilizados para que eles possam também se utilizar do benefício e se deslocar até a escola em período de estudo, de escola, em alguma atividade extracurricular, enfim que algumas escolas às vezes mantêm em períodos de férias". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Se não há essa comunicação hoje eficiente - o senhor bem colocou - e se está buscando corrigir, como se fiscaliza quem tem alguma atividade durante esse período? Como é feito então?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Eu confesso ao Deputado que essa é uma limitação que precisamos corrigir"; "porque educação não é apenas escola, educação é teatro, educação é música, educação é um conjunto de atividades, é biblioteca, é se deslocar para uma biblioteca..." Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "O senhor tem a estimativa de quanto foi gasto, por exemplo, nas férias de julho agora, durante as férias de julho, com esse programa?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não, de cabeça eu não tenho, Deputado, esse valor". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "A implantação do programa da carga embarcada foi precedida de avaliação, com certeza, programação, planejamento prévio sobre os benefícios do programa para a comunidade escolar?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, com certeza. Aliás, fizemos isso concomitantemente com as administrações regionais, com os comitês de transporte..." Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "O senhor sabe informar quanto custou a implantação desse programa?" Com a palavra*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"foram vários produtos solicitados à empresa na época, limitadores de portadores de necessidade especial, limitadores do uso do passe livre estudantil e outras funcionalidades que eram necessárias para esse controle. Portanto, eu não tenho, eu tenho o custo total do contrato, eu não tenho o custo específico desse"* Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"Qual a fonte de custeio de recursos que foi utilizado para adimplemento do pagamento de custo da implantação do programa? Quais os recursos? De onde vêm? Qual a origem?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"São recursos do próprio DFTrans, que estão no nosso orçamento para atender a essa área de bilhetagem"*. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"como está sendo atestada a frequência? O senhor reconhece que há uma fragilidade e que precisa ser corrigida, não é isso?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"No período de férias, nós ainda não adotamos uma providência em relação a essa questão específica do controle dos estudantes. Posso garantir que há uma redução dos custos em razão da redução natural do número de estudantes que circulam nesse período"*. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"nos demais meses, o senhor considera que essa frequência consegue ser atestada pelo DFTrans?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Sim. Sim, até porque ela se mantém dentro de valores que são bastante uniformes"; "nós pagamos os operadores em função do estudante transportado. As planilhas são geradas no SPA, o estudante passa o seu cartão. Ao final de quinze dias, nós pagamos quinzenalmente as empresas, tanto a gratuidade do estudante como a gratuidade do deficiente físico"*. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"no caso, por exemplo, daqueles alunos que a gente sabe que acabam abandonando a escola durante o ano. Como funciona? Continua pagando? Se ele não informar, já que não há essa comunicação"*. Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Não, inclusive nós desabilitamos algumas escolas que não estavam nos fornecendo as informações"* e: *"Quando não recebe, nós notificamos e, ao não continuar recebendo, esses cartões são bloqueados"* e: *"A fragilidade eu atribuo à necessidade de a gente implantar um sistema informatizado. Há escolas, por exemplo, que não têm condições de manter essa informação pela via eletrônica"*. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"Qual o impacto financeiro do programa para os cofres públicos?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"a gratuidade representa algo em torno de 17% total do sistema, algo em torno de dez a doze milhões por mês o governo gasta com essas duas gratuidades"*. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"O senhor tem uma estimativa de quanto custa a carga embarcada na zona rural e na zona urbana?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"Não tem custo nenhum. Para o Estado foi uma coisa só que nós fizemos"* e: *"nós implantamos os validadores eletrônicos, as catracas eletrônicas em todos os carros. E a carga embarcada, inclusive, nós começamos a fazer a carga embarcada pela área rural, exatamente porque são os estudantes mais carentes do Distrito Federal"*. Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: *"É um valor só, tanto para rural como urbana é computado em um valor só?"* Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: *"o custo da área rural*





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



*certamente é menor, porque a tarifa na área rural é menor". Com a palavra o **Deputado Wellington Luiz**, que perguntou: "Existem atas ou documentos que atestem a discussão e aprovação, pela diretoria colegiada do DFTrans, do projeto Passe Livre?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nós temos hoje um Comitê de Transporte do Passe Livre que tem discutido permanentemente essas questões". Nesse momento, encerraram-se as perguntas do **Deputado Wellington Luiz**. Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou ao Sr. Marco Antonio Campanella: "por que algumas medidas e algumas providências foram tomadas para melhorar o cadastro e outras não?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "várias medidas foram tomadas em relação ao cadastramento de veículos. O fato é o seguinte: carro não cadastrado não recebe. Ele simplesmente não recebe, ele não é remunerado". Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que perguntou: "E veículo que recebe operando em duas linhas diferentes?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Quando nós identificamos isso, nós identificamos pelo sistema de bilhetagem, é automaticamente glosado e não é pago". Dando continuidade à reunião, terminadas as perguntas pelos deputados membros titulares da Comissão, o Presidente, **Deputado Joe Valle**, concedeu a palavra à **Deputada Celina Leão**, que perguntou ao Sr. Marco Antonio Campanella: "Eu queria perguntar ao Diretor Campanella se ele acha isto natural: uma empresa que deveria fazer a fiscalização de transporte pedir passagens áreas – e se foi com o consentimento dele – seja para que tipo de assunto for, filiados ou não ao PPL?". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Deputada, o DFTrans não tem esse papel nem realiza esse papel. Realmente V.Exa. não vai achar isso na estrutura orgânica, no Regimento do DFTrans"; "O Promotor Roberto Carlos Silva, da 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública do Distrito Federal, falando sobre esse assunto, disse o seguinte: 'De imediato, esse caso mereceria pelo menos uma investigação para verificar se configura algum tipo de favorecimento'. E é isso o que nós estamos verificando"; "Nós estamos fazendo um levantamento administrativo para ver se naquela época desse e-mail especificamente houve algum favorecimento do Grupo Amaral". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "o DFTrans tem equipe técnica graduada, com mestrado, especializada em serviço público de transporte, concursados? E esse grupo participou do processo de licitação do Distrito Federal?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "a licitação do serviço de transporte público, do STPC, esteve sob a responsabilidade da Secretaria, até por lei. A Secretaria é o órgão concedente"; "E tem um servidor de carreira que participou diretamente da comissão encarregada de promover essa licitação". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "Esse é concursado do DFTrans?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Exatamente, que participou da comissão"; "Foi-nos solicitado um representante e nós, à época, indicamos o Alessandro, até pela sua experiência na área de programação e de planejamento". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "Há um dado que me chama atenção sobre o aumento significativo das passagens de passe estudantil. Eu queria saber qual é o número de novos estudantes que ingressaram com esse benefício?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "esses valores são valores que aumentaram em*



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



*razão desses dois fatores que eu citei à Deputada: o fato de haver uma mudança no critério de pagamento de um terço para três terços e o fato de haver novos estudantes que ingressaram no sistema". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "na época da intervenção feita no Grupo Amaral, já havia sido feita a licitação, o processo licitatório. Foi montado algum processo interno pelo DFTrans?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, sim"; "são 26 volumes que foram produzidos à época em razão da intervenção. Nós tivemos que subsidiar o Ministério Público, que à época coordenou, inclusive, o TAC para justificar o TAC num primeiro momento. Depois nós renovamos o TAC para ver se o Grupo Amaral tinha condições de cumprir as metas"; "mas infelizmente houve um descumprimento total e foram esses documentos produzidos internamente no DFTrans que subsidiaram e justificaram a ação do Governador, promovendo a assunção do Grupo Amaral". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "o Estado não percebeu que, se ele segurasse dois meses sem fazer um investimento de 11 milhões numa empresa que ele não iria tocar, não iria cuidar, pois iria repassar esse serviço de uma forma muito rápida para outros prestadores de serviço..."; "Quero saber se foi feito um estudo financeiro, técnico-financeiro da possibilidade de já se entregar aos novos permissionários, a licitação já havia acontecido, ou se foi uma decisão de governo?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, foi uma decisão de governo lastreada numa avaliação interna que fizemos à época, Deputada. A Deputada fala em 11 milhões que foram investidos nessa operação, 11 milhões ao longo de 8 meses..."; "Houve outros investimentos e receita também. Estamos fazendo um encontro de contas para saber exatamente quanto que o governo gastou nessa operação"; "Agora, eu pergunto qual o custo para a sociedade se nós tivéssemos simplesmente deixado o Grupo Amaral operando da forma que estava?"; "Quando nós assumimos, Deputada, o Grupo Amaral operava com aproximadamente 400 ônibus, naquele momento chegou a operar com 180 ônibus e estava caindo de uma maneira assustadora o número de carros em circulação, além dos problemas de segurança para o passageiro". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "não saiu um decreto no diário ou ele nem chegou a ser... nem tentaram essa licitação emergencial?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "nós já tínhamos na Secretaria de Transporte aberto processos emergenciais onde não apareceram interessados". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "vejo que o processo licitatório do Distrito Federal está todo contaminado: no conflito também de interesses, na figura de um advogado que é advogado de todas as empresas que participaram do certame"; "eu queria saber se o DFTrans participou da elaboração técnica das bacias. Havia um pedido dos rodoviários para que o motor fosse traseiro. Sabemos que o motor traseiro é o dobro do preço"; "nós tivemos a vitória de dois grupos econômicos pertencentes à mesma família, que é o Grupo Constantino. Por coincidência, faz também a bilhetagem, que é a Transdata"; "Ora, como é que o Grupo Constantino faz as linhas, opera como fornecedor do serviço público e, ao mesmo tempo, ele se paga, ele é quem faz a bilhetagem?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "a posição do DFTrans é a posição do governo. A posição do governo é a posição que foi concluída pela Secretaria de Transportes. Nós participamos, através de um*





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



representante nosso, do ponto de vista técnico, das discussões, da elaboração do edital e da configuração de todo o processo licitatório, como também participamos das discussões da modelagem desse edital. Parece-me que foi algo absolutamente fundamental para o novo sistema, para o novo serviço que nós queremos implantar"; "É uma licitação que permite contratos de dez anos. Nós vamos apurar índices de qualidade, inclusive na prestação do serviço. Esses índices, inclusive, já estão sendo definidos tecnicamente pelo DFTrans, pelo Detran"; "os veículos já estão vindo com esses equipamentos, e as empresas já estão sendo instadas a colocar esses equipamentos de GPS transmitindo dados, a fim de que possamos, efetivamente, monitorar a frota"; "Quanto à questão da Transdata, quero dizer à Deputada que a informação de que havia pessoas com o nome Constantino na composição societária da Transdata chegou agora, há pouco tempo, há poucos meses. Foi uma informação vinda, inclusive, do Tribunal de Contas"; "Não cabe a nós apurar isso". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "foram encontradas deficiências e ilegalidades nos serviços prestados após a encampação dos serviços antes executados pela Fácil"? "A tarifa média que ganhou foi R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos), R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos). Eu queria saber se isso já está sendo subsidiado pelo governo e se será até 2014 também". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "O relatório do Tribunal de Contas ainda não é em caráter de decisão"; "Nós estamos, inclusive, preparando a resposta, para demonstrar aquilo que foi efetivamente cumprido naquilo que está no relatório e aquilo que não foi cumprido ainda, em função das dificuldades de natureza operacional ou funcional do órgão"; "Em relação ao valor da passagem, a tarifa pública, o governo não a alterou"; "Se nós fôssemos custear o sistema pela tarifa, essa tarifa seria muito alta, seria impraticável exatamente para aquela parcela da população que mais precisa"; "Por isso mesmo, o governador fez a opção de manter a tarifa pública absolutamente congelada e remunerar as empresas pela tarifa técnica, pagando a diferença das integrações. Isso é um custo. É um custo social, mas é um custo para o conjunto da sociedade". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "eu queria saber se vocês já fizeram as contas de quanto vai impactar, nos cofres públicos, esse aumento de R\$ 0,30 (trinta centavos) na tarifa técnica?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "No edital de licitação, Deputada, há uma regra, há critérios claros de determinação da tarifa técnica, inclusive prazos, para que os operadores possam reivindicar um ajuste na tarifa técnica em relação ao aumento de custos"; "Portanto, não teremos mais o Governador para dizer: olha, eu vou pagar tanto ao operador x ou pagar tanto ao operador y. O Governador não tem mais o poder discricionário de determinar isso. Isso está determinado num contrato que foi assinado, por dez anos, com o operador e que está lá no edital". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "a tabela que foi aceita pelo governo, no edital de licitação, propunha uma remuneração R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), inclusive abaixo do acordo firmado pelos trabalhadores junto com o sindicato e junto com as empresas"; "Então, por cada motorista da Auto Viação Marechal, que ganhou com R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), o governo vai ter de pagar R\$ 300,00 (trezentos reais) para pagar o salário real, hoje, acordado por lei, em acordo trabalhista, junto do sindicato com as empresas"; "Eu queria saber se isso também está sendo calculado



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



já pelo DFTrans". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim. A nossa gerência de custos e tarifas está debruçada, permanentemente, nessa questão. Aliás, nunca tivemos uma demanda tão forte nessa área, exatamente porque precisamos saber o impacto disso aos cofres públicos". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "alguns moradores da Fercal me ligaram perguntando se a tarifa tinha subido na Fercal. A tarifa subiu? Porque é R\$ 3,00 (três reais) e era R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) Aí, sabemos que há uma determinação inclusive do próprio Governador, de vocês, de que não teria aumento na passagem. Então, aquilo não configurava como verdade"; "E aí eu fui pessoalmente a Sobradinho fazer a fiscalização para entender o ocorria naquele local. E o que percebemos? Ao parar três ônibus, **Deputado Joe Valle**, nenhum deles tinha aquele selo de vistoria do DFTrans"; "O selo de vistoria era do Rio de Janeiro. Era do Rio de Janeiro o que estava rodando. Então, não tinha nenhuma autorização do DFTrans para rodar. Mas o que me espantou muito foi o chip dentro do ônibus, porque o chip, segundo as informações que eu recebi da própria assessoria técnica do senhor, é fornecido pelo DFTrans"; "eu queria entender como esse chip vai parar dentro desses ônibus!". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Nós identificamos a cobrança indevida de tarifa. Nós já bloqueamos esses validadores. Inclusive já abrimos um processo de sindicância para apurar a responsabilidade. Esses casos... Inclusive nós já estamos com uma conexão direta com a Polícia Civil"; "Então, o fato de ter um chip... isso pode ser um chip do período anterior em que nós assumimos a Fácil"; "Quem gera o chip somos nós. Essas senhas estão sob a nossa administração, guardadas em segredo, inclusive. São cinco senhas que geram um chip. A partir do momento em que nós, inclusive por decisão judicial, assumimos o controle dessas senhas, os chips só foram autorizados para carros que eventualmente não tivessem o validador, como é o caso dos rurais". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "após a denúncia, foi aberta alguma sindicância dentro do DFTrans?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Sim, sim. Em relação a essa situação concreta foi. E restabelecemos inclusive a cobrança da tarifa original". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "Essa questão das glosas, Campanella, é uma coisa que nos preocupa muito, porque, de certa forma... Aí eu vou voltar à questão da Transdata. Como é que uma empresa que presta serviço vai glosar o serviço dela própria?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "o número de operações irregulares caiu drasticamente"; "nós deixamos de pagar as operações irregulares. Portanto, pelo menos 60% da receita é retida!"; "A Transdata não tem controle nenhum dos pagamentos! A Transdata é uma empresa que fornece o serviço, os equipamentos e a inteligência, o sistema, que está sob o nosso controle, nosso controle! E nós não delegamos à Transdata esse papel! Muito pelo contrário! Quem tem efetivamente esse controle é o DFTrans". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "Nós também recebemos denúncias, Campanella, de que haveria uma facilitação a empresários que teriam parentes do senhor na empresa. Isso procede?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "Não, Deputada. Isso é de uma insanidade!"; "quando nós assumimos, tínhamos um operador rural licitado, que é tio da minha ex-esposa. É tio. E, quando eu entrei, ele já estava no sistema. Ele não é, inclusive, o responsável principal por

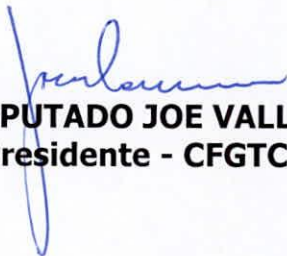


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC



uma cooperativa"; "Eu não tenho nenhum parentesco com nenhum operador atual, até porque nem mesmo esse parentesco distante existe mais". Com a palavra a **Deputada Celina Leão**, que perguntou: "E houve ampliação de número de linhas dessa cooperativa nessa gestão?" Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella, que respondeu: "A Cootransp ganhou, através de todo o processo licitatório que envolve uma contratação emergencial, um contrato emergencial em Planaltina e opera com trinta carros". Encerradas as perguntas da **Deputada Celina Leão**, com a palavra o Presidente, **Deputado Joe Valle**, que solicitou ao Sr. Marco Antonio Campanella que disponibilizasse cópias dos todos os processos para análise na CFGTC. Com a palavra a **Deputada Eliana Pedrosa**, que informou: "só complementando e refutando o que disse o Dr. Campanella que os documentos não foram entregues porque não atenderam às prerrogativas processuais de passar pelo Plenário, de serem lidos e aprovados em Plenário. Eu quero dizer que todos os processos entregues lá foram lidos em plenário e aprovados no dia 27 de agosto de 2013". Com a palavra o Sr. Marco Antonio Campanella: "Quero informar também, ficou em aberto uma informação, que as senhas solicitadas – o TDMax – foram entregues à Presidência no dia 19 de setembro, recebidas, portanto, num documento expedido pelo nosso Diretor de TI". Não havendo mais nada a tratar, o Presidente, **Deputado Joe Valle**, declarou encerrada a reunião às 14 horas e 27 minutos. Eu, João Carlos Martins Neto, Secretário da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pelo Presidente, **Deputado Joe Valle**, e pelos demais deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente - CFGTC




João Carlos
Martins Neto